

“Marx morreu: viva Marx!”

Apontamentos sobre o golpe no contemporâneo

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n1p1>

Kátia Maheirie e Ana Lídia Brizola

Caros leitores, abrimos este Editorial, como não poderíamos deixar de fazê-lo, trazendo apontamentos sobre o Golpe de Estado que se realiza neste país, levando ao afastamento da Presidenta eleita Dilma Rousseff, sem provas de que tenha cometido, de fato, um crime fiscal.

Tal empreendimento, iniciado logo após o resultado das eleições presidenciais de 2014, unifica forças nacionais (e talvez internacionais) neoliberais e conservadoras que culminam, para além do afastamento da Presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de votos, em projetos de lei e práticas autoritárias típicas de um estado de exceção. Projetos como *Escola sem Partido* e a criminalização de professores que ensinam a seus alunos a história do pensamento ocidental, são práticas assustadoras que têm encontrado suporte no atual cenário político do país.

Nós e tantos outros que lutaram contra a ditadura no Brasil, das décadas de 60 a meados de 80, não esperávamos viver um *déjà vu*, que implica novamente a invisibilidade das forças que realmente norteiam os acontecimentos e compõem armadilhas para a sua compreensão. Para isso, contam com o trabalho intenso e cotidiano dos grandes meios de comunicação do país. Não fosse o trabalho de diversos coletivos de jornalismo independente e boa parte da imprensa internacional, talvez a população como um todo pudesse aceitar a versão fantástica da grande imprensa brasileira, que atualiza os feitos do golpe de 1964.

Parafrasear o título da obra de Bárbara Freitag, “Marx morreu: viva Marx!”, não quer indicar uma filiação científico-ideológica ao seu conteúdo, mas tem como propósito “esticar” e flexibilizar seu sentido para apontar que, longe de termos superado a filosofia de Marx, hoje ela se mostra viva e ainda atual. Seguimos vivendo muitas guerras, o antagonismo entre classes sociais e o temor ao desenvolvimento de uma democracia mais substantiva. Convivemos com o medo da perda de privilégios, da possibilidade de termos que nos relacionar com humanos IGUAIS, e não mais com classes subalternas. Vive-se hoje, de forma intensa e explícita, o ódio da classe privilegiada em relação à possibilidade de posse dos mesmos objetos e tecnologias que os me-

nos favorecidos, de encontrá-los no aeroporto e, pior, viajar nas poltronas ao seu lado, de seus filhos terem os filhos deles como colegas em universidades. Vive-se o temor de ser apenas humano, não mais especiais e diferenciados – pelas posses, que nos distanciam.

Nesse contexto, em nome do avanço da sociedade, da cidadania e do conhecimento, o governo interino, representante das forças motrizes que nos desviam do caminho de uma consolidação democrática, promove a fusão entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Informação e o Ministério das Comunicações, de forma completamente alheia à manifestação contrária da comunidade científica e aos impactos negativos para a sociedade em seu conjunto.

Sobre isso, há que se destacar que toda ciência está comprometida e não há como pensar de forma neutra. A ciência para se desenvolver precisa de apoio, investimento, igualdade de chances e liberdade para produzir. Ela se efetivará dando visibilidade ao que é invisível, oferecendo mecanismos de tradução do que é, a princípio, inteligível e possibilitando audibilidade a vozes que não se escuta. A ciência deve se desenvolver e efetivar a partir do que produz como conhecimento, sem se fazer submetida às determinações do capital.

Diante deste cenário, nossa luta é dupla no campo da ciência. Uma frente deve se dirigir para a luta pela mais ampla possibilidade de produção do conhecimento, visando às parcerias institucionais, nacionais e internacionais, as quais só são possíveis e passíveis de isenção da interferência do capital se o Estado nelas investir. A segunda frente de luta se pauta na divulgação da produção científica, desde a exposição e debate de resultados de pesquisas nas salas de aula, em congressos, até a sua disseminação por meio do fortalecimento dos periódicos científicos e do acesso aberto à informação. Esses veículos permitem retornar à sociedade o investimento feito pela própria sociedade, através do Estado: o conhecimento, a tecnologia que dele deriva e a inovação que são capazes de produzir.

É com um misto de indignação e cautela diante do cenário nacional, mas também com garra, estimuladas pelo potencial humano, artístico e científico constituído na trajetória de luta pela democratização, é que abrimos o número 1 do volume 50 da Revista de Ciências Humanas, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

O artigo “Análises de Referências Culturais nas Traduções de Artigos Acadêmicos de Ciências Humanas”, de autoria de Monique Pfau, analisa traduções de referências culturais em textos acadêmicos brasileiros de Ciências Humanas, baseada no funcionalismo alemão para compreender as particularidades culturais trazidas nos textos fonte e alvo. Cássio Remus de Paula, no

artigo “Uma alternativa ao sujeito brasileiro do século XIX: representações de “A Jangada” de Júlio Verne”, apresenta as formas como Júlio Verne descreve as etnias branca, negra e indígena em sua obra “A Jangada”, apontando que a obra expõe as diversas representações do imaginário do autor e da intelectualidade do século XIX.

Diogo da Silva Roiz é o autor do artigo “O Teatro luso-brasileiro Oitocentista: entre a representação teatral e os processos de sociabilidade”, no qual apresenta o estudo da obra de Norbert Elias, indagando-se sobre a propriedade do uso das categorias “processo civilizador” e “configuração social” para interpretar o teatro luso-brasileiro Oitocentista. “A função da arte teatral na Educação Infantil: o teatro particular de cada criança”, de autoria de Humberto M. de Oliveira, Camila R. Vaz Chaves e Jacques Fux, parte da ideia aristotélica de que é na tendência a representar que repousa a capacidade de aprender do homem e discute quais seriam os mecanismos psíquicos que possibilitariam essa operação e quais papéis o teatro poderia exercer na educação infantil.

O artigo “História dos Direitos da Criança no mundo e em Moçambique: um estudo sobre a sua evolução”, de Tomás Xavier José Francisco, evidencia o longo e tortuoso caminho percorrido até que se adotasse um quadro legal favorável à promoção e proteção dos direitos da criança no mundo, em geral, e em Moçambique, em particular. “Interface direito/psicologia em imagens: experimentação fotográfica em sala de aula”, de autoria de Lúcia R. Ruduit Dias, apresenta e discute os resultados de experimentação fotográfica realizada com alunos(as) da disciplina de Psicologia Jurídica de um curso de Direito, apontando para tal experiência como atividade estética, exercício dialógico e fonte potente de tensionamentos criadores.

Em “Mapeamento de ações coletivas de ocupação urbana: uma análise etnofotográfica”, Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann, Ezequiel S. Cargnelutti, Roberta I. Golbert, Lígia Burton-Ferreira e Rodrigo Oliveira-Machado, traz resultados de uma pesquisa que objetivou mapear ações coletivas do espaço público em Porto Alegre, compreendendo aspectos do funcionamento destas formas de ação e apresentam como resultados que tais ações emergem como possibilidades diversificadas de dissenso político e ressignificação.

“As percepções da opinião pública sobre o IDEB” é o artigo que segue, de autoria de Helena H. D. Cândido, interpretando a opinião pública a respeito do desempenho no Ideb, as quais são representadas pelos relatos de gestores públicos, professores, diretores e alunos das escolas públicas, dentre outros. Rosa Nadir Jerônimo, Carolina de S. Pittigliani e Jeverson R. C. Reichow, no artigo “Processo psicossocial de apropriação pelos frequentadores da praça Henrique Lage em Imbituba – SC”, a partir da Psicologia Ambiental, mostram

em seu estudo que os frequentadores da praça integraram o espaço físico ao espaço simbólico e afetivo, exemplificados nos lugares de encontro, de interação e memórias individuais e coletivas no ambiente urbano da cidade. Rafael G. Lenzi e Mariana Cortez, no artigo “A ocupação de São Paulo: inscrições urbanas como elos ou barreiras entre centro e periferia”, analisam a pichação e o grafite como práticas que entrelaçam centro e periferia, investindo sujeitos diferenciados dos programados pela cidade, descrevendo como essas inscrições urbanas ocupam a cidade e delinham sujeitos submetidos a destinadores outros na urbe. O artigo “Entre o técnico, o político e o social: impasses e poderes de uma política habitacional - PAC Barnabé”, de autoria de Débora Allebrandt e Tânia Moreira Felix, situa a experiência na execução do PAC, problematizando o lugar para o qual cientistas sociais, e especialmente os antropólogos, são chamados a ocupar enquanto executores de políticas públicas.

Giovani Glaucio Costa, no artigo “Fatores essenciais de risco de uso de drogas por adolescentes: utilizando modelagem de equações estruturais”, visa identificar os fatores gerais que facilitam o uso de drogas por adolescentes, por meio de entrevistas com psicólogos e assistentes sociais, buscando a percepção dos participantes acerca de fatores de risco diretos relacionados ao consumo de drogas por adolescentes.

Apresentamos, ainda, a tradução do artigo de Jaakko Kauko, intitulado “As Dinâmicas nas Políticas de Ensino Superior - Um Modelo Teórico”, originalmente publicado, em inglês na *Higher Education - The International Journal of Higher Education Research*, 65(2), em 2013, pela Springer Science + Business Media, que nos concedeu autorização.

Por fim, apresentamos a resenha do livro de Patterson e Tebbetts, “Escola: os piores anos de minha vida”, traduzido no Brasil por Ana Ban e publicado pela Editora Arqueiro, de São Paulo, por Adilson Januário da Silva.

Desejamos a todas e a todos uma excelente leitura!